



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS PARA A SUSTENTABILIDADE - SPS

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **2008**

**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CEPRAM**

Referência nacional para promover o avanço na gestão ambiental no Estado da Bahia, o Conselho Estadual de Meio Ambiental – CEPRAM criado no ano de 1973, por meio de reuniões periódicas, das manifestações de sua competência e do licenciamento ambiental de empreendimentos, atende ao Mapa Estratégico da Bahia, em seu Eixo de Desenvolvimento “Produzir e Crescer Repartindo – Crescimento Econômico Sustentável com Geração de Emprego e Distribuição de Renda”, com base nas Diretrizes Estratégicas Sócio-Econômicas de “Promover a Gestão Pública com Democracia e Participação”, “Preservar, Recuperar o Meio Ambiente e a sua Sustentabilidade”, “Promover o Desenvolvimento com Inclusão Social”, “Desenvolver a Infra-estrutura Social”, “Dinamizar a Indústria, Comércio e Serviços”, “Dinamizar a Agricultura Familiar e a Agroindústria”, “Recuperar e Ampliar a Infra-estrutura Econômica e a Logística” e “Integrar a Bahia com a Economia Global e Nacional”.

Em 2008 foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias, tendo sido analisados 85 processos, dos quais foram aprovados 77, sendo 38 de licenciamento ambiental.

Os principais temas discutidos durante as reuniões do CEPRAM, versaram sobre as novas diretrizes e ações da SEMA; o processo de reforma da Secretaria - Lei 11.050/08 e o regulamento da Lei 10.431; a otimização dos procedimentos do licenciamento na gestão Ambiental do Estado, sob diversos enfoques, como no âmbito do licenciamento de Termelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHS, através da revisão dos respectivos procedimentos licenciatórios, pela Câmara Técnica de Saneamento Ambiental - CTSA e pelo Grupo de Trabalho - GT Termelétricas - criado para esta finalidade. Sob diferente ótica, a questão da otimização do licenciamento também esteve sob discussão no âmbito da proposta de Gestão Ambiental Compartilhada - GAC encampada pelo Estado, que permitirá aos Municípios exercer sua competência licenciatória para empreendimentos de impacto local, através de procedimentos integrados com o Estado da Bahia. Desse

modo, questões como a definição de novos critérios para caracterização de atividades potencialmente poluidoras e a definição do conceito de impacto local para fins licenciatórios foram e continuam sendo amplamente discutidos no Conselho.

Destacaram-se como apresentações discutidas no conselho:

- a Revisão da Lei 10.431 de 20/12/2006, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências;
- a apresentação do projeto porto viário composto pelo Porto de Ilhéus (nova/ampliação) e Estrada de Ferro, interligando o sudeste da Bahia com o Centro Oeste brasileiro;
- o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, e a proposta de resolução que define as atividades de impacto local para fins de licenciamento ambiental municipal;
- apresentação sobre Diagnóstico da Silvicultura no Extremo Sul da Bahia (Aspectos sobre a Avaliação de Impacto Ambiental - AIA do Projeto de Ampliação de Produção de Celulose, avaliação Ambiental Estratégica do Extremo Sul).
- o Controle de Artefatos Explosivos do Exército Brasileiro;
- a apreciação do marco referencial dos estudos preparatórios para o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE;
- Perspectivas para implantação e geração de energia eólica no Estado da Bahia;
- Considerações sobre o exercício da função do CEPRAM sob as disposições do Decreto Estadual nº 11.235/08, que regulamenta as Leis Estaduais nº 10.431/06 e 11.050/08;
- o perfil epidemiológico das principais doenças transmissíveis com relevância nas questões ambientais.

O Conselho Estadual também realizou reunião conjunta com o CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que contou com a participação dos representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Comissão Estadual do GERCO – Projeto Orla; oportunidade em que foram discutidos e apresentados o

plano Estadual de Recursos Hídricos e o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Nessa oportunidade foi apresentado o Plano Estadual de Recursos Hídricos como instrumento que estabelece a política das águas, tendo por objetivo possibilitar a criação de metas, contemplando o prognóstico e os programas que deverão ser incluídos para gerenciar os instrumentos da política.

Sob esse enfoque, enfatizou-se a necessidade de atualização do referido plano às novas necessidades e realidades, a fim de possibilitar a implementação dessa política, que atualmente conta com a participação de comitês de bacias no sistema estadual de gestão dos recursos hídricos.

Destacou-se ainda a participação da sociedade civil no processo de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, inclusive, mediante a formulação de propostas de ações na área de saneamento.

No que tange ao Programa de Gerenciamento Costeiro – GERCO foi foco de discussão a relação desse programa com todas as questões que estavam sendo discutidas, registrando-se que a Comissão de Acompanhamento do Plano de Gestão integrado do Projeto Orla Marítima tem como uma de suas ações orientar o processo de fortalecimento da gestão costeira de forma integrada e participativa, não se destinando o programa a licenciar, nem a fiscalizar, sendo seu papel principal trabalhar o fortalecimento da gestão do Estado e dos municípios, que atualmente são 53.

O Conselho ainda trabalhou no decorrer do ano na Comissão de Acompanhamento do Projeto Santa Rita, com papel fundamental de garantir o atendimento às condicionantes aplicadas para o licenciamento do projeto, registrando, através de uma apresentação, que quase todas estão cumpridas, devendo a comissão permanecer para discutir políticas de desenvolvimento sustentável na região.

No ano de 2008, o Cepram e o CONERH completaram 35 e 10 anos de criação, respectivamente, o que ensejou a elaboração de um Seminário comemorativo sob o

tema *Governança Pública para a Sustentabilidade*, realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro, com a participação de cerca de 300 pessoas por dia de evento, entre as quais personalidades da política e da sociedade, incluindo a participação da sociedade civil. O Seminário comemorativo possibilitou uma releitura do papel e da importância dos Conselhos, particularmente do CEPRAM, enquanto órgão de realização da Política Estadual Ambiental, ante a atual problemática mundial de atrelar, efetivamente, o desenvolvimento à sustentabilidade.

Outro tema abordado no âmbito do Conselho refere-se ao estudo elaborado pela Secretaria Executiva acerca da estrutura do Conselho com base na nova realidade a que está e será submetido, como por exemplo, a implantação da sistemática de Gestão Ambiental Compartilha – GAC e as demandas relativas às diversas modalidades de geração de energia, tendo como vetor de sustentação técnica de suas deliberações a organização de novas Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalhos temáticos inseridos nestas.

No que tange as Câmaras Técnicas ligadas ao CEPRAM, a Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas - CTBIO, durante o ano de 2008 realizou 02 reuniões ordinárias, nas quais foram discutidos o Plano de Manejo do Parque Estadual de Sete Passagens, fruto de um convênio entre a Sema e a UFBA, com interveniência da COELBA; com a participação ativa da SFC, através da DUC, e a formulação de proposta de Resolução que altera a Resolução CEPRAM nº 3.711, de 24 de novembro de 2006, que versa sobre procedimentos de Anuência Prévia em Unidades de Conservação.

A expansão das atividades de exploração de recursos minerais e de turismo adstritas à região que contempla o Parque de Sete Passagens ensejou o processo de discussão, e os resultados dos trabalhos da CTBIO acerca da temática findaram em parecer analítico acerca do processo referente ao Plano de Manejo do Parque de Sete Passagens, sugerindo alterações, que foram submetidas ao CEPRAM para análise e deliberação, ainda não concluídas.

Em simetria de panorama, a proposta de Resolução que altera os procedimentos para a concessão de Anuência Prévia em Unidades de Conservação estabelecidos

na Resolução CEPRAM nº 3.711/06, gerou discussão com revisão da proposta de alteração inicialmente encaminhada à CTBIO, a qual foi submetida ao CEPRAM para deliberação.

Já a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental – CTSA, realizou no ano de 2008 3 (três) reuniões ordinárias, nas quais se ocupou com a discussão da problemática relativa ao tratamento da escória de chumbo depositada no Município de Santo Amaro no âmbito do licenciamento ambiental, com a análise do Projeto de Lei elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR relativo à proposta de diretrizes da Política de Saneamento Básico do Estado da Bahia, bem como com a revisão da Resolução CEPRAM nº 3702/06, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de barragens.

## **FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E DE BIODIVERSIDADE**

O Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade desempenha importante papel na condução das discussões dos temas afeitos às mudanças climáticas, uma vez que atua como um elo entre o Governo e a sociedade civil, contribuindo para o alcance dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

As ações do Fórum, desenvolvidas em 2008, estão articuladas com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e atende as ações propostas pela Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas que se dividem em três grandes frentes: aprofundamento do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas e seus impactos; ações para mitigar o efeito estufa, principalmente através de redução de emissões de gases de efeito estufa; e, ações de adaptações aos impactos de mudanças e principalmente de extremos climáticos.

Dentre estas ações destacam-se:

- Ampliação da composição dos membros do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade de 38 para 54 integrantes, a partir da

inclusão de universidades estaduais, comunidades tradicionais, quilombola e povos indígenas;

- Implementação do Projeto Apoiando a Ação Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas em parceria com o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, representado pela Embaixada Britânica no Brasil. O projeto tem por finalidade apoiar o Estado no desenvolvimento e implementação das políticas estaduais de enfrentamento às mudanças climáticas;
- Elaboração da proposta para desenvolver inventários estaduais de emissões de gases de efeito estufa que tem o propósito específico de estabelecimento de medidas de mitigação e adaptação que o Estado deverá tratar como política pública estadual;
- Realização de reuniões plenárias para promover, divulgar, discutir e disseminar informações relativas às mudanças climáticas e estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e seqüestro de gases de efeito estufa.

### **PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA - GAC**

O Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC cumpre uma diretriz do Governo do Estado da Bahia de descentralizar a gestão pública, fortalecendo os órgãos municipais de meio ambiente para o exercício de sua competência.

Em 2008 foi lançado o Programa Gestão Ambiental Compartilhada, contando com a presença de 250 pessoas, entre prefeitos, representantes dos órgãos municipais de meio ambiente, representantes dos órgãos do estado e da união, sociedade civil, membros de conselhos e fóruns da área ambiental.

Desde então, foram realizados eventos nos municípios de Porto Seguro, Lençóis, um encontro com representantes dos municípios do Baixo Sul e o Seminário Regional do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, com o objetivo de apresentar o Programa e de formar o Grupo de Acompanhamento Regional da Gestão Ambiental (G-3) nos Territórios de Identidade.

Até o momento foram organizados seminários em 5 (cinco) Territórios de Identidade, nos municípios de Salvador, Itabuna, Valença, Jequié e Seabra, conforme Quadro abaixo:

<b>Território/Cidade Pólo</b>	<b>Municípios presentes</b>	<b>Participantes</b>	<b>Data</b>
Litoral Sul - Itabuna	Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, Ubaitaba, Uma, Itapetinga, Itajibá	150	07/11
Metropolitana-Salvador	Salvador, Candeias, São Sebastião do Passe, Madre de Deus, Camaçari, Gandú, Vera Cruz, Itaparica, Simões Filho Santo Estevão	120	19/11
Chapada Diamantina - Seabra	Seabra, Ibicoara, Mucugê, Palmeiras, Lençóis, Andaraí, Boninal, Piatã, Souto Soares, Wagner, Ibitiara	80	05/12
Médio Rio das Contas - Jequié	Apuarema, Ipiaú, Itagí, Itagiba, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova, Lagedo, Feira de Santana Itiruçu, Irajuba, Ibirataia	110	16/12



Baixo Sul - Valença	Valença, Camamu, Wenceslau Guimarães, Taperoá, Presidente Tancredo Neves, Cairú, Ituberá, Nilo Peçanha, grapiuna	80	19/12
---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-------

### **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC**

Um das ações estratégicas da Gestão Ambiental Compartilhada é a capacitação, destacando-se, em 2008, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC. O público alvo da capacitação são os gestores ambientais, sociedade civil dos conselhos e vereadores que têm como objetivo estruturar os sistemas municipais de meio ambiente tendo em vista o fortalecimento do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente.

De convênio assinado entre a Sema, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Petrobrás, através do PNC foram capacitados 226 gestores ambientais em 2008.

### **II CONFERÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEMA**

A II Cema, organizada no período de novembro de 2007 a março de 2008, através de 16 Conferências Regionais e da Plenária Final, realizada de 16 a 18 de março de 2008, em Salvador, teve como tema Mudanças Climáticas, Território e Sociedade. A II Cema reuniu 600 delegados, representando as 16 conferências regionais contando ainda com o credenciamento de mais de 200 observadores. Foram aprovadas, em plenário, 298 deliberações.

As Conferências Regionais tiveram como municípios sedes: Salvador, Juazeiro, Caetité, Paulo Afonso, Irecê, Tucano, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Eunápolis, Ilhéus, Seabra, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Porto Seguro, Cruz das Almas.

Importante ressaltar que a Bahia tornou-se o primeiro estado do Nordeste a assinar o termo de compromisso Estado Amigo da Amazônia. O documento foi firmado na II

Cema pelo governador Jaques Wagner, o Secretário Estadual do Meio Ambiente, Juliano Matos, e o diretor da organização ambientalista Greenpeace, Marcelo Furtado.

Por iniciativa dos delegados eleitos à III Conferência Nacional do Meio Ambiente, foi criado o Fórum de Acompanhamento das Deliberações da II Conferência Estadual do Meio Ambiente, que, através de uma rede de comunicação se compromete a dinamizar este processo de acompanhamento da política ambiental do estado. A Sema, através da SPS e da CMO elaborou um sistema de acompanhamento em tempo real das ações de toda a estrutura da Secretaria que respondem às deliberações da II Cema, para ser utilizado através do site oficial.

## **GESTÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Este Relatório de Atividades da Gestão da Educação Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SPS, apresenta o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Educação Ambiental – DEA, no período de janeiro a agosto de 2008.

A construção da Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia tem centralizado os seus esforços na concepção e implementação de políticas públicas estruturantes e transversais, capazes de oportunizarem processos e práticas que venham fortalecer grupos sociais que se educam, cotidianamente, no exercício de uma educação emancipatória, dialógica e libertadora, pautada na sustentabilidade da vida e, por isso mesmo, na perspectiva do milagre do poder-começar e, a cada novo começo, na afirmação de infinitas possibilidades e perspectivas de fazer o novo.

Dessa forma, e referenciada na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, a Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia através da DEA, vem desenvolvendo as suas atividades de acordo com as ações orçamentárias contidas no Plano Plurianual descritas abaixo:

1. Elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental;
2. Capacitação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental;
3. Elaboração e Implementação do Programa de EA do Estado da Bahia;
4. Fomento aos Coletivos Educadores e Coletivos Jovens de Meio Ambiente no Estado.

## **1. ELABORAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **1.1. SEMINÁRIOS DE CONSULTA PÚBLICA DA MINUTA DO PROJETO DE LEI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PLEA**

A Consulta Pública foi concebida visando a divulgação e análise da Minuta do Projeto de Lei da Educação Ambiental do Estado da Bahia, tomando como pano de fundo a contextualização da Educação Ambiental nos diversos Territórios de Identidade, a identificação de problemas, conflitos socioambientais e potencialidades na perspectiva de levantar indicativos para construção do Programa de Educação do Estado da Bahia e dos Planos de Educação Ambiental nos Territórios, resultando também no fortalecimento da CIEA-BA e das várias articulações de EA locais, incluindo a Rede de Educação Ambiental, os Coletivos Educadores, Coletivos Jovens, Salas Verdes, dentre outras.

Desta maneira e de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA de descentralização institucional, participação e controle social, a SEMA/SPS/DEA apóiam a realização dos Seminários de Consulta Pública nos 26 Territórios de Identidade, convocando seus Coordenadores, as representações da CIEA, do GT de EA do Sistema SEMA e demais representações de todos os setores da sociedade para discutir a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

Como objetivos da Consulta Pública podemos citar: *(i)* gerar um processo de mobilização social entre os educadores ambientais; *(ii)* conhecer a demanda do educador ambiental nos territórios; *(iii)* implementar um instrumento de planejamento participativo e de controle social para a construção da Política de

Educação Ambiental do Estado da Bahia; *(iv)* subsidiar a elaboração e implementação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental; *(v)* fazer a conexão das demandas socioambientais apontadas pelos setores sociais com a Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

Toda a concepção do instrumental pedagógico e procedimentos, programação, metodologia, atividades de mobilização e articulação local, formação de grupos de trabalho vem sendo conduzidos e construídos no âmbito das reuniões da CIEA.

Visitas prévias pela equipe da DEA, em todos os Territórios de Identidade, foram realizadas visando fortalecer o trabalho dos núcleos mobilizadores locais e verificação das condições da logística para a realização dos seminários, conforme tabela de visitas abaixo descrita. Os resultados obtidos podem ser contabilizados nos seguintes termos: (i) a adequação do texto da Minuta do PL EA-BA à realidade local dos territórios; (ii) a formulação de subsídios para a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental e dos Planos de Educação Ambiental para os Territórios; (iii) a divulgação do texto da Minuta do PL EA-BA permitindo a participação coletiva na consolidação de sua análise e aprimoramento; (iv) o mapeamento dos principais conflitos e ações socioambientais nos territórios.

**Quadro das Visitas aos Territórios para o Planejamento dos Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental da Bahia.**

<b>DATAS</b>	<b>TERRITÓRIO</b>	<b>CIDADE</b>
25/08	ITAPARICA	PAULO AFONSO
26/08	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	JUAZEIRO
28/08	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	SENHOR DO BONFIM
29/08	SEMI-ARIDO NORDESTE II	EUCLIDES DA CUNHA
01/09	PIEMONTE DA DIAMANTINA	JACOBINA
02/09	SISAL	VALENTE
03/09	BACIA DO JACUIPE	RIACHÃO DO JACUIPE
05/09	AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE	ALAGOINHAS
15/09	OESTE BAIANO	BARREIRAS
17/09	BACIA DO RIO CORRENTE	SANTA MARIA DA VITORIA
18/09	VELHO CHICO	BOM JESUS DA LAPA
22/09	SERTÃO PRODUTIVO	CAETITE
24/09	VITORIA DA CONQUISTA	VITORIA DA CONQUISTA
25/08	IRECE	IRECE
26/08	CHAPADA DIAMANTINA	SEABRA
27/08	BACIA DO PARAMIRIM	PARAMIRIM
28/08	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	ITABERABA
01/09	MEDIO RIO DAS CONTAS	JEQUIE
02/09	VALE DO JIQUIRICA	JIQUIRICA
03/09	PORTAL DO SERTÃO	FEIRA DE SANTANA
04/09	METROPOLITANA DE SALVADOR	CAMAÇARI
15/09	EXTREMO SUL	EUNAPOLIS
17/09	ITAPETINGA	ITAPETINGA
19/09	LITORAL SUL	ITABUNA – ILHEUS
22/09	BAIXO SUL	VALENÇA
24/09	RECONCAVO	CRUZ DAS ALMAS

Concluído o processo licitatório para a contratação da empresa responsável pela logística dos Seminários, em 27 e 28 de novembro de 2008 foram realizados os Seminários nos Territórios de Identidade de Sertão do São Francisco, na cidade de

Juazeiro, com 140 (cento e quarenta) participantes e no Território de Piemonte do Paraguaçu, na cidade de Itaberaba, com 100 (cem) participantes. Nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008, aconteceram os Seminários nos Territórios de Piemonte da Diamantina, na cidade de Jacobina, totalizando 170 (cento e setenta) participantes e no Território Bacia do Jacuípe, na cidade de Riachão do Jacuípe com 263 (duzentos e sessenta e três) participantes. Por fim, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2008 aconteceram os Seminários nos Territórios do Sisal, na cidade de Valente, com 206 (duzentos e seis) participantes e no Território de Irecê, na cidade de Irecê, com 117 (cento e dezessete) participantes.

Cada Seminário contou com mais de 80% (oitenta por cento) de presença dos diversos Municípios que compõe cada Território de Identidade através dos mais variados segmentos sociais, governamental e empresarial.

Os demais Seminários nos 20 (vinte) Territórios de Identidade restantes serão realizados no período de março a maio de 2009, conforme tabela.

<b>DATAS</b>	<b>TERRITORIOS</b>	<b>CIDADES</b>
04 e 05/03/09	ITAPARICA	PAULO AFONSO
04 e 05/03/09	OESTE BAIANO	BARREIRAS
09 e 10/03/09	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	SENHOR DO BONFIM
09 e 10/03/09	BACIA DO RIO CORRENTE	SANTA MARIA DA VITORIA
13 e 14/03/09	SEMI-ARIDO NORDESTE II	EUCLIDES DA CUNHA
13 e 14/03/09	VELHO CHICO	BOM JESUS DA LAPA
20 e 21/03/09	CHAPADA DIAMANTINA	SEABRA
20 e 21/03/09	VITORIA DA CONQUISTA	VITORIA DA CONQUISTA
24 e 25/03/09	BACIA DO PARAMIRIM	PARAMIRIM
24 e 25/03/09	EXTREMO SUL	EUNAPOLIS
30 e 31/03/09	SERTÃO PRODUTIVO	CAETITE
30 e 31/03/09	ITAPETINGA	ITAPETINGA
15 e 16/04/09	LITORAL SUL	ITABUNA – ILHEUS
15 e 16/04/09	MEDIO RIO DAS CONTAS	JEQUIE
24 e 25/04/09	AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE	ALAGOINHAS
24 e 25/04/09	VALE DO JQUIRICA	JQUIRICA
06 e 07/05/09	PORTAL DO SERTÃO	FEIRA DE SANTANA
06 e 07/05/09	RECONCAVO	CRUZ DAS ALMAS
11 e 12/05/09	METROPOLITANA DE SALVADOR	CAMAÇARI
11 e 12/05/09	BAIXO SUL	VALENÇA

## **1.2 - APOIO ÀS AÇÕES DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA-BA**

A SEMA/SPS/DEA promovem e apoiam as reuniões ordinárias mensais da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA-BA, espaço público colegiado instituído pelo poder público estadual destinado a constituir-se numa instância de coordenação das atividades de Educação Ambiental no âmbito do Estado. Ressalta-se que a atuação da CIEA-BA como espaço qualificado para a definição e implementação de suas atribuições parte o seu trabalho no funcionamento de suas Câmaras Técnicas porquanto às mesmas compete elaborar e encaminhar ao Colegiado assuntos a elas pertinentes e as diretrizes voltadas para a construção e acompanhamento da Política de Educação Ambiental, da Bahia na sua área de abrangência temática e, quando couber, propor ações de intervenção. Nesse sentido, as Câmaras Técnicas vêm focando os seus trabalhos na discussão de suas finalidades e competências e na análise e sistematização dos documentos/produtos elaborados. Destaca-se o trabalho iniciado da CT provisória do Regimento Interno criada com a finalidade de fazer a sua revisão submetendo-o, posteriormente, à aprovação do Colegiado.

Em 2008 foram realizadas 08 (oito) Reuniões Ordinárias da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, destacando-se a ocorrida em 13 e 14 de outubro de 2008, ocasião em que, com as presenças dos Exmos. Senhores Secretários Estaduais da Educação e do Meio Ambiente, Drs. Adeum Hilário Sauer e Juliano Sousa Matos, respectivamente, da Dra. Elizabeth Maria Souto Wagner, Diretora Geral do Instituto do Meio Ambiente – IMA, Superintendentes e Diretores da SEC e da SEMA, foi assinada a Portaria Conjunta nº 11.264/08, que institui Equipe Técnica Interinstitucional com a finalidade de promover, articular e coordenar ações visando estabelecer as bases de funcionamento do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental

## **2. TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Foi componente essencial das ações da SPS/DEA, trabalhar a Educação Ambiental na perspectiva da transversalização, possibilitando um diálogo interdisciplinar e intersetorial permanente com o conjunto do Governo do Estado, expresso na participação da DEA nas Conferências de Meio Ambiente, Comissões e Colegiados, Câmaras Técnicas, Seminários e Fóruns, Grupos de Trabalho e Temáticos, exercitando nesses espaços um constante exercício de interlocução plural visando a internalização de conceitos, princípios e diretrizes da transversalidade.

Nesse sentido, a DEA promoveu dois encontros entre as Secretarias de Governo com os objetivos de *(i)* promover o diálogo entre as Secretarias com foco na construção da transversalidade da Educação Ambiental no Estado; *(ii)* problematizar o conceito da Educação Ambiental no contexto de um Projeto de Transversalização; *(iii)* Identificar interfaces que venham compor a agenda do processo de construção da Transversalidade da Educação Ambiental no Estado da Bahia cuja implementação constitui hoje o maior desafio.

Como principais resultados dessas reuniões podem ser citados: *(i)* a grande mobilização e participação de representações de gestores e técnicos de Secretarias de Governo e autarquias; *(ii)* a percepção de muito interesse nas proposições da DEA; *(iii)* uma maior visibilidade das políticas públicas em desenvolvimento no Estado apresentadas pelas Secretarias que apontam cada vez mais para o desenvolvimento sustentável como a opção de sustentação política para uma agenda ambiental comum; *(iv)* atores sociais sensibilizados protagonizando o processo de construção da transversalidade; *(v)* a identificação de interfaces que geram alternativas de resposta inovadora ao desafio da construção da transversalidade. No momento, a perspectiva é de que continuidade do trabalho mediante a operacionalização de ações concretas que viabilizem a efetiva transversalidade.



## **ELABORAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **1. PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BAHIA**

O Programa Estadual de Educação Ambiental da Bahia – PEEA-BA, consubstanciado pela sua importância como Ação Orçamentária prevista no Plano Plurianual – PPA com recursos próprios para sua implementação, vem sendo pensado e planejado participadamente no espaço da CIEA, envolvendo todos os seus membros. A busca desta reflexão coletiva frente à necessidade de construção de um documento cujo conteúdo – missão, princípios, diretrizes, objetivos, linhas de ação e estrutura organizacional – delineie as bases teóricas e metodológicas da Educação Ambiental no Estado da Bahia, vem percorrendo um caminho pródigo de expectativas e perspectivas. Nesse sentido, as articulações para a sua efetiva construção estão sendo processadas e, no momento, cabe ressaltar que encontros foram realizados com esta finalidade específica e o Processo Licitatório para a contratação da empresa responsável para a estruturação do Programa, encontra-se em curso. A construção coletiva do PEA-BA representa uma estratégia de planejamento incremental e articulada de atuação qualificada do poder público no campo da Educação Ambiental. A perspectiva é de que nos Seminários de Consulta da Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental possam ser colhidos subsídios ricos em dados de realidade que venham contribuir para o aprimoramento do conteúdo do texto do PEEA-Ba, potencializando seu efeito multiplicador no redirecionamento das ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental.

### **CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

#### **1. PROJETO QUALIFICAÇÃO SOCIAL DO EDUCADOR AMBIENTAL POPULAR (QSEAP)**

O Projeto de Qualificação Social do Educador Ambiental Popular, realizado nos dias 3, 4 5 e 6 de abril de 2008, teve como objetivo fortalecer um processo

permanente de Qualificação Social do Educador Ambiental Popular por meio de metodologias participativas e de materiais para alimentar continuamente o arranjo sócio-institucional da educação ambiental no território brasileiro. Esta proposta de formação de educadores ambientais populares foi acolhida pela SPS/DEA/CIEA por apresentar uma metodologia genuína e singular, que se desenvolveu em conjunto com uma pesquisa para mapeamento de compreensões sobre a Educação Ambiental Popular em todo o país através de encontros regionais para testar e melhorar os materiais produzidos e coletados para a formação de um KIT de MATERIAIS para ser utilizado pelos educadores populares.

## **PROJETOS/AÇÕES ESPECIAIS**

### **1. PROGRAMA ESTADUAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE**

As duas edições da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003 e 2005/2006) promovidas pelo Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de Educação Ambiental foram um sinal evidente de que o tema “meio ambiente” tem um grande potencial para a mobilização de jovens. Apenas aqui na Bahia as Conferências mobilizaram, nas duas edições, mais de 2.500 escolas e estimularam a criação do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado, da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente da Bahia e de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDAS nas escolas.

A partir desse momento, a temática ambiental se consolidou como um campo de grande potencial de identificação e promoção de novas oportunidades para o engajamento social e político da juventude. A preocupação com o futuro do planeta se mostrou particularmente atrativa para a atuação dos jovens. Outra demonstração da importância que a juventude vem dando a essa temática foi a surpreendente quarta colocação que a proposta de meio ambiente ficou no quadro das prioridades definidas pelos jovens brasileiros durante a I Conferência Nacional de Juventude realizada em abril de 2008, em Brasília. A proposta demandou a criação de uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente que incluía a elaboração participativa e democrática de um Programa Nacional de Juventude e Meio

Ambiente. Essa mesma proposta foi defendida por jovens delegados que participaram da III Conferência Nacional do Meio Ambiente e ela saiu como uma das deliberações no eixo de Educação Ambiental da Conferência.

No sentido de atender as deliberações tiradas das Conferências e principalmente de dar continuidade ao fortalecimento do debate ambiental pela juventude baiana, a Secretaria do Meio Ambiente será pioneira em instituir uma política pública Estadual de Juventude e Meio Ambiente iniciando um processo de formação socioambiental da juventude estadual. O Programa Estadual de Juventude e Meio Ambiente surge como uma estratégia da Secretaria do Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Educação para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental da juventude baiana pretendendo estabelecer, não de modo centralizado, um processo de parceria e diálogo entre o governo estadual, com as organizações e os movimentos de juventude apoiando, principalmente, a formação socioambiental desses jovens.

No atual momento, está sendo licitado a contratação de um consultor especializado na temática de Juventude e Meio Ambiente para subsidiar a elaboração do programa e as ações para sua implementação no Estado, a exemplo do planejamento para o III Encontro Estadual de Juventude e Meio Ambiente.

## **2. MAPEAMENTO/CARTOGRAFIA SOCIAL PARA O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO**

Essa ação integra o Programa Velho Chico Vivo da SEMA que tem como objetivo reforçar o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações humanas que residem em uma região prioritária para o atual Governo.

Na perspectiva de acolher a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT no Estado da Bahia a Diretoria de Cidadania e Educação Ambiental realizará o convênio com a UNEB/Paulo Afonso para apoiar a construção do mapeamento/cartografia de povos e comunidades

tradicionais do sub-médio da Bacia do São Francisco, dando visibilidade as suas práticas de manejo sustentáveis, bem como discutir e elaborar projetos socioambientais sustentáveis que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e para a conservação do Bioma Caatinga. O projeto contribuirá para o fortalecimento das práticas sustentáveis de manejo de 30 povos e comunidades tradicionais contemplando 5 povos indígenas, 5 comunidades quilombolas, 5 comunidades de pescadores artesanais, 5 comunidades de fundo de pasto, 5 comunidades de quebradores de pedra do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso, 3 comunidades de Angiqueiros e 2 comunidades de assentados do MST.

A PNPCT apresenta em seus objetivos a garantia ao território, ao acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados e a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais, sempre respeitando as identidades e as formas de organização destes grupos culturalmente diferenciados. A metodologia da cartografia social que será utilizada nesse projeto é um instrumento já consolidado no Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil que propõe a construção de mapas dos territórios tradicionais localizando problemas socioambientais, potencialidades e ameaças. Em poder desses povos, esse instrumento os auxiliará em inúmeras frentes a exemplo de processos político-organizativos, ações educativas, enfim, na própria valorização e reconhecimento desses grupos e, principalmente, oferecendo subsídios para definição de políticas públicas contextualizadas já que o projeto ainda oferecerá indicativos de projetos socioambientais para serem implementados junto às comunidades.

Neste momento, o processo está sendo montado para viabilizar a realização do convênio entre a SEMA e a UNEB de Paulo Afonso.

### **3. APOIO AO I FÓRUM KAIMBÉ DE DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE ECOSSOCIOCULTURAL DO TERRITÓRIO**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT instituída pelo Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 tem

como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais enfatizando o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, além de valorizar suas identidades, formas de organização e instituições. A Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - SPS tem também no seu regimento a atribuição de propor ações para estes grupos humanos e a II Conferência Estadual do Meio Ambiente realizada neste ano traz enquanto deliberações a criação de políticas públicas que valorizem em todas as dimensões as comunidades tradicionais no Estado da Bahia.

Com a finalidade de conceber e fortalecer políticas públicas de Educação Ambiental para as comunidades tradicionais a Diretoria de Cidadania e Educação Ambiental da SEMA resolveu apoiar a realização do **I Fórum Kaimbé de Diretrizes de Políticas Públicas para Sustentabilidade Ecosociocultural do Território** proposto pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA com o grupo indígena Kaimbé situado no Município de Euclides da Cunha. A ação proposta tem como objetivo principal elaborar planos e diretrizes para as políticas públicas e gestão do uso, preservação, defesa da água e sustentabilidade ecosociocultural de forma colaborativa com a própria comunidade Kaimbé. O Fórum é uma ação demandada pelos Kaimbé resultante do trabalho de diagnóstico participativo da situação socioambiental desenvolvido pela Universidade Católica do Salvador – UCSal entre 2004 e 2007 para subsidiar a elaboração de políticas públicas no território indígena. A realização do Fórum integra o Projeto atual “TerritórioKaimbé no Semi-árido Baiano e Sustentabilidade Ecosociocultural” que agrega diversas parcerias, entre essas a SEMA, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA.

O projeto foi avaliado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE que aprovou a realização do convênio, entretanto solicitou algumas providências que já foram requeridas junto a entidade proponente. Essas observações foram atendidas e o processo será encaminhado novamente a PGE para consentir a firmação do convênio.

#### **4. PROJETO SÃO BARTOLOMEU MAIS VERDE**

O Projeto São Bartolomeu mais Verde apresentado pelo Instituto de Permacultura - IPB a SEMA/SDS/DICEA, em outubro de 2007, visa desenvolver ações de Educação Ambiental baseadas nos princípios da Permacultura, envolvendo a implantação e revitalização de quintais produtivos nas comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu na perspectiva de promover a qualidade de vida de seus moradores, pretendendo-se ainda despertar para o potencial das áreas verdes incentivando as práticas de agricultura ecológica, como por exemplo, a produção diversificada, assim como uma contribuição à segurança alimentar das comunidades do entorno do referido Parque.

Por falta de tempo hábil para a sua implementação em 2007, após sua aprovação pela PGE, o Projeto no ano de 2008 foi reapresentado a SPS/DEA após sua atualização no que se refere ao Plano de Trabalho, orçamento e cronograma de atividades. No momento, o Projeto espera o parecer final da PGE para a sua liberação e posterior execução.

#### **PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS E COLEGIADOS**

##### **1. PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA**

A SEMA através da SPS / DEA é membro efetivo da Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA do CONAMA, contribuindo para a definição de diretrizes para elaboração e implementação das políticas e programas estaduais de Educação Ambiental, entre outras competências. Nestes termos, a CTEA do CONAMA vem discutindo a proposta do Seminário “Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical” a ser realizado em Salvador. Esta proposição desencadeou reuniões com o Instituto de Meio Ambiente - IMA e a DEA para discutir e planejar a organização do evento, elaboração do Projeto Executivo e do Termo de Referência para a de realização do Seminário. Pretende-se que este evento represente um marco significativo para a compreensão da dinâmica destes setores no processo de construção de *sociedades* mais justas e ambientalmente

sustentáveis, configurando-se também num espaço de grande impacto para a identificação de projetos e ações empresariais eco-eficientes referenciadas no gerenciamento de resíduos e redução de consumo de energia da água e matérias-primas, na conservação ambiental, na relação parceira e dialógica com as comunidades, nas metas de certificações e incentivos ao consumo consciente, no “marketing verde” e nas ações de educação ambiental, etc. O Governo do Estado da Bahia, nesse sentido, oportunizará o protagonismo histórico das mudanças socioambientais de paradigmas empresariais, culturais, econômicos, políticos e éticos para a construção de sociedades mais sustentáveis, com impactos na melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e do meio ambiente.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO INTERSETORIAL DE PURIFICAÇÃO DE SANTO AMARO**

A Comissão Intersectorial de Purificação de Santo Amaro foi instituída com o objetivo de propor e implementar ações que contribuam para a transformação do atual quadro socioambiental e de saúde do Município de Santo Amaro da Purificação.

Nas reuniões sucessivas realizadas com a SECTI e demais órgãos que compõem a Comissão, apresentaram-se as demandas de elaboração de um Plano de Educação Ambiental em Saneamento e Ações em Saúde para Santo Amaro e um Termo de Referência visando desencadear um processo de Educação Ambiental em Saneamento por meio de ações intencionais que oportunizem à população de Santo Amaro-Ba, exposta aos metais pesados, organizar-se e atuar com protagonismo na condução do atendimento a demandas em saneamento pautadas em suas reais necessidades, em conformidade com o marco regulatório a Lei Federal nº 11445, de 05/01/2007 (Lei do Saneamento) e com o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. O referido Plano de EA e seu respectivo TR foram elaborados e, no momento, espera-se o desencadeamento do processo das ações previstas no Programa de Intervenção Urbana em Santo Amaro da Comissão Intersectorial, do qual são parte integrante, possibilitando a sua execução.

## ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O Zoneamento Ecológico-Econômico trata-se de um instrumento de ordenamento territorial exigido pela Constituição de apoio à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, pautado em elementos técnicos. Esse processo visa construir pactos territoriais com a participação da sociedade civil organizada, secretarias estaduais, órgãos públicos municipais e federais, e tem como meta implementar uma base de informações para subsidiar ações legais de controle e concessão de licenças ambientais, de ocupação e de uso para atividades produtivas que possam provocar danos ao meio ambiente, compatibilizando-as com os recursos naturais e o perfil sócio-econômico existentes.

Em 2008 foi concluído pela Secretaria do Meio Ambiente/SEMA o Termo de Referência/TR para contratação de serviço especializado para a elaboração do **Projeto de viabilidade técnica para a implantação e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia – ZEE/BAHIA** que estabelecia o prazo de 12 meses, a partir da contratação, para a conclusão do serviço com início previsto em novembro/08.

O Projeto contemplaria áreas ainda não estudadas para efeito de ZEE, integrará subsídios existentes e consolidará a pactuação das decisões de Governo, com outras esferas do Poder Público, setor privado e sociedade civil.

Em fases de elaboração do ZEE/Ba a SEMA, através da DPA/SPS, realizou reuniões com Secretarias que compõe a *Comissão Especial ZEE<sup>1</sup>*, contando ainda com a presença do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e técnicos do Programa ZEE/Brasil do Ministério do Meio Ambiente/MMA.

---

<sup>1 1</sup> (Decreto nº 10.321 de 19 de abril de 2007, altera o Decreto nº 9.091, de 04 de maio de 2004, que institui a Comissão Especial para a definição de estratégias e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado da Bahia, revoga o Decreto nº 9.109, de 03 de junho de 2004, e dá outras providências)



Desta forma se fortalecem os laços entre ZEE/Brasil e Bahia, abrindo a oportunidade para a realização da assinatura do Convênio de Cooperação Técnica MMA e SEMA para o desenvolvimento dos ZEE/Brasil e Bahia.

Foram realizados também de eventos envolvendo a sociedade civil - através de Oficinas de Dialogo SEMA com a Sociedade Civil -, o setor produtivo – através de Fóruns -, o Conselho Estadual de Meio Ambiente/CEPRAM e outros parceiros na construção do ZEE, destacando o ZEE - São Francisco/MMA.

Como subsidio ao ZEE está sendo montada a Matriz de Referência/MR sobre o território, com a formação do Núcleo de Trabalho com representante dos órgãos da estrutura SEMA, de caráter técnico.

Para análise e contribuições o Termo de referencia do *Projeto ZEE*, elaborado pela SEMA, foi encaminhado a Secretaria de Planejamento/SEPLAN, a qual por sua vez, como presidente da *Comissão Espacial ZEE*, propões que o *ZEE/Ba* fosse realizado de forma conjunta com os *Planos Mestres*, ação de desenvolvimento econômico da SEPLAN. Assim, um **Termo de Referencia ZEE– Planos Mestres** foi concluído em final do referido ano pelas equipes das secretarias.

Diversas reuniões de alinhamento sobre o TR conjunto ocorreram entre a Casa Civil, Procuradoria Geral do Estado/PGE, SEPLAN e SEMA.

Todas as exigências da PGE foram atendidas, dentre elas a elaboração da planinha de custos - diretos, indiretos, insumos e infra-estrutura - por produto no que se refere ao ZEE.

Concluído o TR ZEE– Planos Mestres a SEPLAN publicizar no seu site, e divulgou realização da Audiência Publica, em 2009, onde serão recolhidas contribuições do publico interessado, conforme solicitação da Casa Civil e PGE.

Além do *Projeto ZEE– Planos Mestres*, a SEMA, como ação do ZEE, está em processo de contratação de serviço especializado para a elaboração da Comunidade virtual ZEE, que estará disponibilizada no site do Meio Ambiente do

Estado ([www.meioambiente.ba.gov.br](http://www.meioambiente.ba.gov.br)), onde será mais um fórum de discussão do tema, com chat on line para difusão em tempo real das informações, sendo mais um instrumento de participação e transparência do ZEE/BA.

## **PLANO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE**

A atividade desenvolvida no período foi a elaboração do Termo de Referência (anexo) para contratação de serviços para caracterização de todas as ações em andamento, pendentes e/ou previstas de gestão ambiental do Governo do Estado da Bahia, e definição das suas prioridades.

A partir deste TR foi publicado o edital de licitação 006/08.